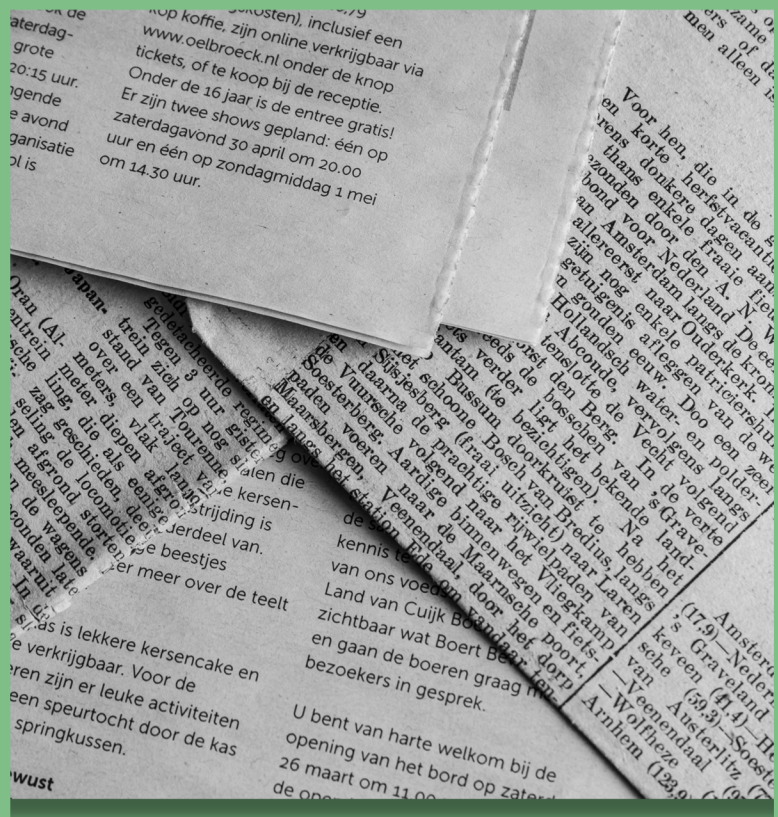


Resumo de setembro

Este documento reúne, de forma organizada, as principais leis, portarias, decretos e normativas publicadas no mês. O objetivo é fornecer um panorama atualizado das alterações legislativas e regulamentares, facilitando a consulta e o acompanhamento das mudanças que impactam diretamente o setor.



ATUALIZAÇÕES LEGISLATIVAS

Lei nº 15.202, de 11 de setembro de 2025

A Lei nº 15.202, de 11 de setembro de 2025, institui a Carteira Nacional de Docente do Brasil (CNDB), com validade em todo o território nacional. O documento visa identificar, valorizar e reconhecer os professores das redes pública e privada. Deverá conter dados pessoais, institucionais e QR Code. A União manterá a base nacional com informações fornecidas pelos entes federativos.

[LEIA AQUI](#)

Lei nº 15.215, de 18 de setembro de 2025

A Lei nº 15.215, de 18 de setembro de 2025, regula a denominação de instituições públicas de ensino indígenas, quilombolas e do campo. Prevê participação das comunidades por meio de lista tríplice com nomes de relevância cultural e histórica. Também permite solicitar mudança de nome já existente, mediante justificativa. A lei entra em vigor na data de sua publicação.

[LEIA AQUI](#)

Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025

A Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, institui o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, com normas para proteção de menores em ambientes digitais. Estabelece deveres de segurança, privacidade, verificação de idade e controle parental. Define responsabilidades para fornecedores de tecnologia e regras para remoção de conteúdos impróprios. A lei entrou em vigor na data de sua publicação

[LEIA AQUI](#)

ATOS NORMATIVOS DE INTERESSE

PORTARIA CONJUNTA MEC/MGI/MS/MDHC/MDS Nº 255, DE 5 DE SETEMBRO DE 2025

A Portaria Conjunta nº 255/2025 institui o Plano Estratégico da Política Nacional Integrada da Primeira Infância (2025–2026), com foco na garantia dos direitos de crianças de 0 a 6 anos. Organizado em cinco eixos (direitos, educação, saúde, dignidade e integração de dados), o plano orienta ações intersetoriais entre municípios e governo federal. Municípios deverão elaborar planos locais, ampliar vagas em creches e integrar sistemas de saúde, educação e assistência social.

[LEIA AQUI](#)

PORTARIA MEC Nº 642, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025

A Portaria MEC nº 642, de 16 de setembro de 2025, institui o Programa Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade, com foco na formação integral dos alunos da educação básica. O objetivo é fortalecer práticas pedagógicas que promovam cidadania, sustentabilidade, diversidade, participação democrática e uso consciente das tecnologias. A adesão dos estados e municípios é voluntária, e o programa se organiza em três eixos: governança, formação docente e monitoramento. As ações devem respeitar a BNCC e podem contar com recursos do PDDE.

[LEIA AQUI](#)

ATOS NORMATIVOS

PORTARIA MEC Nº 650, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025

A Portaria MEC nº 650, de 18 de setembro de 2025, divulga os resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica 2025, organizados nos Anexos I e II. A portaria estabelece que os dados são de caráter reservado e entram em vigor na data de sua publicação. Os resultados visam apoiar a formulação de políticas públicas educacionais, garantindo maior transparência e precisão no acompanhamento da educação básica no país.

[LEIA AQUI](#)

PORTARIA MEC Nº 650, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025- ANEXO II

Os resultados referem-se às matrículas na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), e na Educação de Jovens e Adultos - EJA presencial Fundamental e Médio (incluindo a EJA integrada à Educação Profissional) da Educação Especial, das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes de ensino.

[LEIA AQUI](#)

NOTA TÉCNICA

Nota Técnica CNPG/GNDH Nº 04/25

Os resultados referem-se às matrículas na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), e na Educação de Jovens e Adultos - EJA presencial Fundamental e Médio (incluindo a EJA integrada à Educação Profissional) da Educação Especial, das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes de ensino.

LEIA AQUI

ATUALIZAÇÕES JUDICIAIS

Processo Ap Cível/Rem Necessária 1.0000.24.387749-5/001, Rel. Des. Fábio Torres de Sousa, TJMG, por unanimidade, julgado em 24/04/2025.

O Município tem o dever constitucional de assegurar a matrícula de criança em creche pública ou conveniada próxima à residência, garantindo o atendimento em período integral. Também é sua obrigação fornecer transporte escolar quando a unidade estiver localizada a mais de dois quilômetros da residência da criança, em respeito ao direito fundamental à educação infantil e à continuidade do serviço público.

Processo Agravo de Instrumento 1.0000.25.180414-2/001, Rel. Des. Renato Dresch, TJMG, por unanimidade, julgado em 26/08/2025.

O atendimento educacional especializado é direito constitucional da pessoa com deficiência, e o Estado deve disponibilizar professor de apoio conforme as diretrizes legais e administrativas vigentes. A designação de professor exclusivo só é admitida em situações excepcionais, devidamente comprovadas por laudos técnicos. A omissão do poder público em atender demandas formais por educação inclusiva autoriza a atuação do Judiciário, respeitados os limites das políticas públicas estabelecidas.

Metas do CNMP para a educação



O Plano Nacional de Atuação Estratégica (PNAE) do Ministério Público, instituído pela Resolução CNMP nº 147/2016 e atualizado pela Resolução CNMP nº 307/2025 tem as seguintes ações prioritárias na área da educação, com foco na proteção da primeira infância:

1. Ampliar a fiscalização do acesso à água potável nas escolas.



“

Para auxiliar a atuação nesta área, o CAOEDUC disponibiliza o roteiro de apoio:

[CLIQUE AQUI](#)



”

2. Ampliar a fiscalização e indução da retomada de obras paralisadas ou inacabadas da educação infantil.



“

Para auxiliar a atuação nesta área, o CAOEDUC disponibiliza o roteiro de apoio:

[CLIQUE AQUI](#)



”

PGA: O Plano Geral de Atuação (PGA - MPMG)



PGA: O Plano Geral de Atuação (PGA) finalístico do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) é o portfólio de projetos e programas estratégicos elaborados e executados para alcançar os resultados demandados pela sociedade. Para a revisão de 2025, o PGA é composto por 40 projetos, sendo o "Crescer Juntos: Creches e Oportunidades" um dos focos na área da educação.



Para auxiliar na atuação a fim de concretizar o PGA, o CAOEDUC elaborou o roteiro de apoio :

“

Para auxiliar a atuação nesta área, o CAOEDUC disponibiliza o roteiro de apoio:

[CLIQUE AQUI](#)



”



ROTEIROS DE ATUAÇÃO

Os roteiros de atuação têm como objetivo otimizar a atuação dos Promotores de Justiça, oferecendo orientações claras sobre como abordar temas complexos e instruir procedimentos



Alfabetização na Idade Certa

Atuação do Ministério Público no fomento às políticas públicas para garantia da alfabetização na idade certa

[Link para acesso: CLIQUE AQUI](#)



TDAH

Garantia do Direito à Educação de Estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)

[Link para acesso: CLIQUE AQUI](#)



Segurança em Estabelecimentos de Ensino: Responsabilidades e Obrigações Legais - Prevenção a incêndio

Segurança em Estabelecimentos de Ensino: Responsabilidades e Obrigações Legais - Prevenção a incêndio e pânico em escolas de Minas Gerais

[Link para acesso: CLIQUE AQUI](#)



Sede de Aprender

GARANTIA DE ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO NAS ESCOLAS DE MINAS GERAIS

[Link para acesso: CLIQUE AQUI](#)





ROTEIROS DE ATUAÇÃO



Crescer Juntos:

EDUCAÇÃO BÁSICA INFANTIL PARA CRIANÇAS DE 0-3 ANOS
(CRECHES)

[Link para acesso: CLIQUE AQUI](#)



Escolas Cívico-Militares

Política Educacional de Gestão Colaborativa/Integrada:
Programa das Escolas Cívico-Militares em Minas Gerais

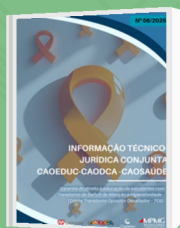
[Link para acesso: CLIQUE AQUI](#)





INFORMAÇÕES TÉCNICO JURÍDICAS

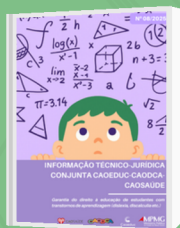
As informações técnico-jurídicas têm o objetivo de sistematizar o conhecimento e consolidar informações complexas em documentos claros e de fácil consulta. Isso fortalece a base de conhecimento dos membros do Ministério Público para uma atuação qualificada e eficaz.



TDAH e TOD

Garantia do direito à educação de estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH e Transtorno Opositor Desafiador – TOD

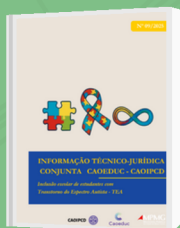
LINK: [CLIQUE AQUI](#)



Transtornos de aprendizagem

Garantia do direito à educação de estudantes com transtornos de aprendizagem (dislexia, discalculia etc).

LINK: [CLIQUE AQUI](#)



TEA

Inclusão escolar de estudantes com transtorno do Espectro Autista - TEA

LINK: [CLIQUE AQUI](#)



USO DE APARELHOS ELETRÔNICOS PORTÁTEIS

Restrição do uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nas escolas de educação básica: o que muda com a nova lei?

LINK: [CLIQUE AQUI](#)



EDUCAÇÃO LAICA

Garantia de Educação Pública Laica

LINK: [CLIQUE AQUI](#)



AGENDA

Principais compromissos do mês de interesse Institucional ou apoio às Promotorias de Justiça

1

REUNIÃO CNMP- A Semana do Circuito CNMP ocorreu de 08 a 12 de setembro de 2025 em Brasília/DF.

2

REUNIÃO com MPBA- Alinhamento sobre o Projeto "Chama o VAAR"

3

REUNIÃO COORDENADORES CREDCAS- Alinhamento

4

Reunião IBGP- Apresentação de Projeto

5

Reunião GT do CNMP sobre Financiamento da Educação - Inclusão da coordenadora do CAOEDUC no grupo e discussão sobre o manual para atuação

6

Reunião com a Corregedoria Nacional sobre cumprimento do Protocolo 15/2025 - Metas na área da educação

7

AÇÃO EDUCACIONAL CONEXÃO EDUCAÇÃO - Tecendo soluções para a Atuação Ministerial: CRESCER JUNTOS

8

Etapas presenciais do curso COM Viver - Triângulo Mineiro